



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

1. DO PREÂMBULO

1.1. O Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, através de seu Presidente e do Setor de Suprimentos, torna público que se acha aberta a presente licitação, na modalidade **Concorrência, sob n.º 001/2018**, do tipo **MENOR PREÇO (GLOBAL)**, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, a qual será processada e julgada nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 com alterações posteriores, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. A Comissão de Licitação, nomeada pelo Ato n.º 1036 de 04 de janeiro de 2018, processará e julgará a presente licitação.

1.3. Os envelopes deverão ser entregues no SETOR DE PROTOCOLO (próximo ao Atendimento ao Público), no endereço acima mencionado, **até as 08h30min do dia 19 de março de 2018**. O início da abertura do envelope 01 – “Documentos para Habilitação” ocorrerá no **dia 19 de março de 2018, às 09 horas**, na Sala de Licitações, situada no mesmo endereço constante no subitem 1.

1.4. O protocolo intempestivo dos envelopes acarretará o não acolhimento pela Comissão de Licitação, sendo que os envelopes deverão ser retirados, junto à referida Comissão, dentro de 05 (cinco) dias úteis.

1.4.1. Decorrido esse prazo, se não retirados, os envelopes serão inutilizados.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para **IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE COMBATE ÀS PERDAS FÍSICAS DE ÁGUA NO MACRO SETOR 5**, de acordo com as especificações e condições constantes neste Instrumento Convocatório e em seus Anexos, que fazem parte deste Edital.

2.2. Compõem o presente Edital:

2.2.1. Anexo 1 - Termo de Referência, Relação dos Serviços, Projetos.

2.2.2. Anexo 2 - Planilha orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Composição do BDI – Benefícios, Despesas Indiretas e Modelo de Proposta;

2.2.3. Anexo 3 - Minuta do Contrato;

2.2.4. Anexo 4 - Contrato de Transferência n.º 0506.686-44/2017/PCJ/CAIXA;

2.2.5. Anexo 5 - Memorial de Segurança;

2.2.6. Anexo 6 - Protocolo de retirada do edital e anexos.

2.3. Os documentos estão agrupados em anexos separados, porém todos eles se completam. A proponente deve, para a apresentação da proposta de preços e documentos de habilitação, bem como dos demais documentos, ao valer-se do edital, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento desta licitação e a formalização contratual, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

3. DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Esta licitação está aberta a todos os concorrentes que se enquadrem nos ramos de atividades pertinentes à plena execução dos serviços componentes do objeto da presente licitação, e que atendam a todos os requisitos do presente Edital.

3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, desde que, não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.

3.3. Poderão participar empresas brasileiras e estrangeiras, sendo as brasileiras isoladas ou em consórcio e as estrangeiras sempre em consórcio com uma brasileira, desde que satisfaçam plenamente as disposições legais e as condições deste edital.

3.3.1. Será admitido consórcio de, no máximo, 02 (duas) pessoas jurídicas.

3.3.2. Se a licitante participar desta licitação de forma isolada não poderá integrar nenhum consórcio; se participar de um consórcio, não poderá integrar outro consórcio.



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

3.3.3. A participação em consórcio deve ser demonstrada por meio de documento de sua constituição ou compromisso de sua constituição, sem prejuízo da formação da SPE, caso seja sagrado vencedor.

3.4. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93, não será permitida a participação de:

3.4.1. Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas nos termos do inc. IV, art. 87, da Lei 8.666/93 e que não tenham restabelecida sua idoneidade;

3.4.2. Pessoas físicas ou jurídicas que estejam cumprindo a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SEMAE, conforme inc. III, do art. 87, da Lei 8.666/93;

3.4.3. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido penalizadas, pelo SEMAE, por prática de qualquer dos atos previstos no art. 7º, da Lei Federal n.º 10.520/02, cuja penalidade esteja em vigência na data de abertura da licitação.

3.5. A participação na presente licitação implica, tacitamente, para a licitante:

3.5.1. a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste instrumento convocatório e em seus anexos;

3.5.2. a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.5.3. a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.5.4. quando consorciadas, a responsabilidade solidária, dos integrantes, pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato.

4. DA REPRESENTAÇÃO DA LICITANTE NO CERTAME

4.1. As empresas que se fizerem representar na presente licitação deverão fazê-lo através de procuração pública ou particular (modelo abaixo), esta última com firma reconhecida em cartório, que deverá ser passada em papel timbrado da empresa, com indicação do nome, cargo e número do documento que comprove a identidade do representante.

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, CREDENCIO o Sr. (nome completo), portador da cédula de identidade sob R.G. n.º e inscrito no CPF sob n.º, para representá-la perante o SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA em licitações na modalidade Concorrência, podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases, inclusive OUTORGO poderes para assinatura de contrato.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

4.2. A procuração particular deverá estar acompanhada de um dos documentos elencados nos subitens 7.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.3. Caso o representante seja o titular da licitante, no momento da sessão, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

4.4. A Comissão de Licitações poderá solicitar a apresentação de documento de identidade para fins de identificação do outorgado.

4.5. O não cumprimento do disposto neste item não inabilitará a licitante, porém à pessoa representante caberá tão somente o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, não tendo direito à voz e a responder pela empresa licitante.

4.6. O documento deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações pelo portador, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retido e juntado aos autos.

4.7. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

5. DA VISITA TÉCNICA

5.1. Os interessados em participar desta licitação **poderão** efetuar Visita Técnica no local onde os serviços serão executados, acompanhados por técnicos do SEMAE, com o intuito de sanar quaisquer dúvidas sobre os serviços.

5.2. A visita deverá ser efetuada por representante da empresa devidamente autorizado para tal ato, através de declaração, conforme modelo abaixo e ser previamente agendada com o Eng. Pedro Alberto Caes através do telefone **(19) 3403-9689** - Departamento de Operação e



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

Manutenção ou Eng. Sandro F. Camossi através do telefone **(19) 3403-9611 (ramal 9738)** - Controle de Perdas.

Eu, (qualificação completa), representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º..., DECLARO sob as penas da Lei que autorizo (nome completo do vistoriador) realizar Visita Técnica com a finalidade de verificação das condições locais, para avaliação da quantidade e natureza dos trabalhos e equipamentos necessários à realização do objeto da licitação, forma e condições da execução dos serviços, meios de acesso aos locais e para a obtenção de quaisquer outros dados necessários à preparação da nossa proposta.

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

5.3. A empresa que deixar de realizar a visita técnica não será impedida de participar do certame, porém, para todos os efeitos, considerar-se-á que ela tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços, das condições que possam afetar sua execução, dos materiais e equipamentos necessários e dos acessos aos locais onde os mesmos serão realizados, não podendo alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre o(s) local(is) e as condições pertinentes ao objeto deste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Deverão ser entregues 02 (dois) envelopes de papel opaco, fechados e indevassáveis, sobre cujas bordas de fechamento deverá constar a rubrica do representante da licitante, para convalidar a não violação de sua abertura oficial, sendo:

6.1.1. Envelope n.º 01 – Documentos;

6.1.2. Envelope n.º 02 – Proposta comercial.

6.2. Na parte externa dos envelopes deverá conter:

6.2.1. Identificação do órgão licitante: Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba;

6.2.2. Identificação do envelope;

6.2.3. Número da licitação;

6.2.4. Data e hora limite para entrega dos envelopes.

6.2.5. Razão social, endereço completo e CNPJ/MF do Licitante.

7. DO ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. A fase de habilitação consiste na comprovação, pelo licitante, de sua qualificação para participar na presente licitação mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

7.2.2. Sociedade Comercial: Ato Constitutivo e as alterações referentes ao capital social, endereço ou razão social ou somente a última alteração, se estiver consolidada. Todos esses documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas.

7.2.3. Sociedade por Ações: Ato Constitutivo acompanhado das Atas das Assembléias, devidamente arquivadas no registro competente e publicadas no Diário Oficial.

7.2.4. Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

7.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. REGULARIDADE FISCAL

7.3.1. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

7.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

7.3.3. Prova de regularidade na Fazenda Federal;



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

7.3.3.1. A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada pela Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a qual abrange inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991.

7.3.3.2. Conforme orientação da Receita Federal do Brasil, disponível no site <http://www.receita.fazenda.gov.br/grupo2/certidoes.htm> o contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do prazo de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente.

7.3.4. Prova de regularidade na Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

7.3.5. Prova de regularidade na Fazenda Estadual referente ao ICMS;

7.3.6. Prova de regularidade na Seguridade Social – INSS;

7.3.7. Prova de regularidade no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos da Lei 12.440/11.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em validade na data de apresentação da proposta;

7.4.2. Atestado de capacidade técnica profissional demonstrando que foram cumpridas corretamente as obrigações contratuais, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que ateste a capacitação do responsável técnico na execução dos seguintes trabalhos:

7.4.2.1. Elaboração de projeto e operação de válvula redutora de pressão em redes de água tratada, com monitoramento à distância;

7.4.2.2. Pesquisa de vazamento de água em redes de distribuição utilizando haste de escuta, geofone eletrônico ou correlacionador de ruídos;

7.4.2.3. Execução de medições de vazão e pressão em redes de água ou esgoto;

7.4.2.4. Execução de setorização e validação da estanqueidade.

7.4.3. O atestado deverá conter, em seu corpo, a razão social, endereço completo e CNPJ/MF da empresa fornecedora do atestado, bem como a data, assinatura e identificação do assinante, observadas as demais exigências constantes neste edital.

7.4.4. Para demonstrar o cumprimento da presente exigência o Licitante poderá se utilizar do somatório de atestados.

7.4.5. Comprovação de participação no quadro da licitante, do responsável técnico constante na Certidão de Acervo Técnico – CAT, através de:

7.4.5.1. Carteira de Trabalho;

7.4.5.2. Contrato Social;

7.4.5.3. Contrato de prestação de serviços;

7.4.5.4. Contrato de trabalho registrado na DRT ou;

7.4.5.5. Termos, firmados pelos representantes legais e pelos profissionais, através dos quais assumam a responsabilidade técnica pela obra e o compromisso de integrarem o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir ser a ela adjudicado. Admitir-se-á, caso o responsável técnico se desligue ou seja desligado do quadro da licitante, a substituição por profissionais que atendam as exigências e qualificações descritas anteriormente, desde que aprovada pela Administração, conforme § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93.

7.4.6. A participação do mesmo responsável técnico em mais de uma licitante implicará na inabilitação das empresas envolvidas.

7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.5.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na hipótese de haver mais de um Cartório Distribuidor, a empresa deve apresentar Certidão de cada cartório existente.

7.5.2.1. As licitantes sediadas no Estado de São Paulo deverão observar o Comunicado SPI nº 53/2015 publicado no Diário da Justiça Eletrônico aos 02/09/2015, Caderno Administrativo, Edição 1959,11.

7.5.2.2. Nos termos do exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na Súmula nº50 e nos Processos TCS-3987.989.15-9, 4033.989.15-3, 00007077.989.15-0 e 00007079.989.15-8, as empresas/consórcios que se encontrem em recuperação judicial deverão

**CONCORRÊNCIA****EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018****CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018**

apresentar a **CERTIDÃO POSITIVA** desde que demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira.

7.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, indicando a data de atualização, obedecido ainda o seguinte:

7.5.2.1. Sociedade por ações: Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhados da Ata de Aprovação devidamente arquivada no registro competente e publicados no Diário Oficial.

7.5.2.2. Os demais tipos de sociedades que não são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis deverão apresentar cópia autenticada dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do exercício.

7.5.3. As empresas obrigadas a proceder a Escrituração Contábil Digital devem apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, bem como a comprovação de entrega junto à Receita Federal.

7.5.4. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

7.5.5. As demonstrações contábeis deverão conter as assinaturas do representante legal da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado.

7.5.6. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

7.5.7. Comprovação, com base no Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis: a) de que a licitante dispõe de Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior ou igual a 1,20 (um vírgula vinte), Índice de Liquidez Geral (ILG) superior ou igual a 1,20 (um vírgula vinte) e Grau de Endividamento Geral (GEG) menor ou igual a 0,50 (zero vírgula cinquenta) e b) de patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 146.960,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta reais) ou apresentação de garantia, conforme item 7.6. deste edital.

7.5.8. O cálculo dos índices exigidos deverá ser realizado pela licitante, cujo documento deverá fazer parte do envelope “documentos”, utilizando os resultados expressos no balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis do último exercício social, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

ILC - Índice de Liquidez Corrente > ou = 1,20

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ILG - Índice de Liquidez Geral > ou = 1,20

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL À LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL À LONGO PRAZO}}$$

GEG - Grau de Endividamento Geral < ou = 0,50

$$\text{GEG} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL À LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

7.6. Para as licitantes que optarem pela **garantia**, o valor dessa deverá ser igual ou superior a R\$ 14.696,00 (quatorze mil, seiscentos e noventa e seis reais), em quaisquer das modalidades descritas no **item 17, devendo, os originais, serem juntados no envelope “documentos”**.

7.6.1. Se a garantia for prestada na modalidade de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, deverão ter a validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega das propostas.



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

7.6.2. Para a garantia prestada através de Seguro Garantia, deverá ser apresentado, juntamente com a apólice, o comprovante de pagamento do respectivo prêmio, o qual poderá ser entregue em cópia autenticada em cartório.

7.6.3. Em se tratando de garantia prestada em espécie ou cheque, o valor deverá ser recolhido aos cofres do SEMAE através de guia a ser emitida pela Divisão de Escrituração Contábil. De posse da guia, deverá dirigir-se à Divisão de Tesouraria do SEMAE que efetuará o recolhimento. Uma via da guia deverá ser colocada dentro do envelope “documentos para habilitação”, outra ficará com o Setor de Tesouraria e a terceira ficará de posse da empresa.

7.6.3.1. Nesse caso, as empresas deverão comparecer com a necessária antecedência, para possibilitar a efetivação dos depósitos a tempo de sorte que não poderão alegar insuficiência de prazo caso não consigam cumprir o horário fixado para a entrega da documentação completa requerida.

7.6.3.2. A garantia poderá ser devolvida aos licitantes, ultrapassadas as fases recursais, nos seguintes momentos:

7.6.3.2.1. após a fase de habilitação, aos inabilitados;

7.6.3.2.2. após a fase de classificação, aos desclassificados;

7.6.3.2.3. com a adjudicação do objeto, ao licitante vencedor e aos demais classificados.

7.6.3.3. A garantia apresentada pelo licitante vencedor poderá ser utilizada como parte da garantia de execução do contrato, observadas as disposições do item 17.

7.6.3.4. A garantia prestada em dinheiro será liberada ou restituída com atualização monetária pela variação do IPCA-E compreendida entre o mês de abertura da licitação e o da devolução.

7.7. DECLARAÇÕES

7.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, deverão apresentar declaração de acordo com o modelo abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, DECLARO sob as penas da Lei, que a mesma é considerada (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, cujos termos conheço na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos na referida Lei; e também que no exercício anterior ao da presente licitação, a empresa não obteve faturamento bruto superior aos limites previstos no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declaro, ainda, estar ciente de que, não apresentando a documentação para comprovação da regularidade fiscal, conforme determina a referida legislação, poderei sofrer as sanções previstas em lei e neste edital.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

7.7.1.1. Comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), através de documento expedido por órgão de registro competente (Junta Comercial ou Cartório de Pessoas Jurídicas) que conste de forma objetiva o devido enquadramento e tenha sido emitido em até 90 (noventa) dias anteriores à data da licitação.

7.7.2. A ausência da declaração e respectiva comprovação constantes no subitem anterior não impedirá o credenciamento da licitante e apenas indicará que a mesma optou por não se valer dos benefícios previstos na LC n.º 123/2006.

7.7.3. Declaração de regularidade no Ministério do Trabalho em cumprimento ao disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme modelo abaixo.

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º..., representante legal da empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º..., DECLARO, sob as penas da Lei, que a referida empresa encontra-se em situação regular no Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

7.8.DOCUMENTAÇÃO PARA FORNECEDORES CADASTRADOS

7.8.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação nos subitens **7.2**, **7.3** e **7.5.1** poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral Completo - CRC, emitido pelo SEMAE com validade na data limite de apresentação dos envelopes.

7.8.2. A licitante deve apresentar ainda declaração de que após a emissão do CRC não ocorreu fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, conforme abaixo:

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob n.º, representante legal da empresa (razão social), localizada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º, DECLARO, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação desta empresa no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da empresa.

7.8.3. No CRC serão analisados somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do referido certificado, mesmo que estejam com a validade expirada.

7.8.4. Se os documentos exigidos para fins de habilitação estiverem com os prazos de validade vencidos, ou não constarem no CRC, a licitante deverá inseri-los renovados com data de validade vigente no envelope "Documentos".

7.9.DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE POR CONSÓRCIOS

7.9.1. Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados contendo, no mínimo: identificação da empresa líder do consórcio, sendo que, entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à brasileira; designação do representante legal - pessoa física - encarregado de atuar em nome e por conta do consórcio; indicação de cláusula que outorgue, com clareza, os termos do mandato outorgado ao representante do consórcio; definição dos compromissos, atribuições e obrigações de cada consorciada, e ainda o percentual de participação de cada empresa no consórcio, limitado a, no mínimo, vinte por cento (20%).

7.9.1.1. O consórcio não deverá ter sua composição ou constituição alterada sob qualquer forma, sem a prévia anuência do SEMAE, até 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato que venha a ser celebrado.

7.9.1.2. A participação de uma licitante em mais de um consórcio ou isoladamente implicará na inabilitação das empresas envolvidas.

7.9.1.3. A inabilitação de qualquer pessoa jurídica integrante do consórcio acarretará a automática inabilitação deste.

7.9.2. Isoladamente as empresas integrantes do consórcio deverão apresentar:

7.9.2.1. os documentos exigidos para comprovação da Habilitação Jurídica;

7.9.2.2. os documentos exigidos para comprovação da Regularidade Fiscal;

7.9.2.3. os documentos exigidos para Qualificação Econômico-Financeira;

7.9.2.3.1. com relação aos indicadores de liquidez do subitem 7.5.8, o cálculo será feito através da somatória dos indicadores e dos valores de cada empresa componente do consórcio, aplicando-se a cada indicador, antes da soma, os respectivos percentuais de sua participação declarada no compromisso apresentado;

7.9.2.3.2. será admitido, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, devendo o cálculo resultar em um patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 191.048,00 (cento e noventa e um mil e quarenta e oito reais);

7.9.2.4. declarações, conforme subitem 7.7;

7.9.3. Isoladamente ou em conjunto, deverão ser apresentados:

7.9.3.1. se a opção do consórcio for a apresentação da garantia, em substituição ao patrimônio líquido, a mesma deverá ser de valor igual ou superior a R\$ 19.104,80 (dezenove mil, cento e quatro reais e oitenta centavos);



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

7.9.3.2. documentos para Qualificação Técnica constantes no subitem 7.4, sendo admitida a soma dos atestados de cada consorciado, observadas as demais disposições deste edital.

7.9.4. Para os consórcios compostos, em sua totalidade por micro e pequenas empresas, os valores relativos ao patrimônio líquido e garantia são aqueles previstos no item 7.5., nos termos do art. 33, inc. III, da Lei n.º 8.666/93.

7.10. OBSERVAÇÕES GERAIS

7.10.1. Documentos emitidos em outros países devem ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

7.10.2. Todos os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda extraídos pela Internet, através dos “sites” oficiais, com validade na data limite de apresentação dos envelopes, com exceção do CRC do SEMAE que poderá ser apresentado em cópia simples.

7.10.3. Os documentos exigidos nesta licitação que por si só necessitem de assinatura, esta deverá ser feita por pessoa com poderes legais para representar a licitante.

7.10.4. Para efeito da validade das certidões solicitadas para habilitação, se outro prazo não constar em lei ou no próprio documento, o prazo de validade será considerado de 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

7.10.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação, exceto aqueles de caráter personalístico de capacitação profissional, deverão estar:

7.10.5.1. em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:

7.10.5.1.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos da regularidade fiscal deverão estar em nome da matriz; ou

7.10.5.1.2. se a licitante for a filial, todos os documentos de regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10.6. Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

7.10.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação deste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.10.7.1. Havendo alguma restrição, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da convocação para assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do SEMAE, para regularização da documentação.

7.10.8. As propostas dos interessados cuja habilitação não estiver sido concluída serão recebidas condicionalmente, a depender do resultado da habilitação representada, no caso, pelo cadastramento.

8. DO ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA COMERCIAL

8.1. O envelope proposta deverá conter:

8.1.1. A **proposta** propriamente dita, única, em português, sem rasuras, emendas ou ressalvas em seus itens essenciais, digitada em papel timbrado da empresa, observando o disposto no Anexo 1, com os seguintes dados:

8.1.1.1. Razão social, email, número da inscrição no CNPJ/MF, do telefone e do fax.

8.1.1.2. Número da licitação e do Processo.

8.1.1.3. Descrição do objeto da licitação.

8.1.1.4. Preço total da proposta para prestação de serviços, expressos em moeda corrente do país, com duas casas decimais, devendo estar inclusos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato.

8.1.1.5. Data base do orçamento a que a proposta se referir, não podendo ser inferior à Setembro de 2016, data do orçamento elaborado pelo SEMAE.



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

8.1.1.5.1. Não havendo menção expressa, será considerada como data base a data limite para apresentação da proposta na licitação.

8.1.2. Planilha orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, conforme modelos constantes no Anexo 1, e **Composição do BDI**, contendo as descrições dos componentes do preço total ofertado e preenchimento dos valores pertinentes.

8.2. A proposta comercial deverá conter data, identificação e assinatura do representante legal da empresa na última folha e rubrica nas demais.

8.3. A planilha orçamentária, o Cronograma Físico Financeiro e a Composição do BDI deverão conter rubrica nas primeiras folhas e identificação e assinatura do representante legal da empresa na última.

8.4. Todas as declarações e demais documentos emitidos pelo licitante deverão ser formulados, de preferência, em papel timbrado da empresa e conter, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante ou do procurador devidamente constituído.

8.5. Na omissão do prazo de validade da proposta será considerado o constante no edital.

8.6. Além das disposições expressas neste Edital, as propostas sujeitam-se à legislação vigente.

9. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. A presente licitação será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.2. Após o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

9.3. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

9.4. De todas as reuniões públicas, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações lavrará ata circunstanciada, a ser assinada pelos seus membros e pelos representantes dos licitantes presentes que assim o desejarem.

9.5. É facultado à Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.6. Recebidos os envelopes tempestivamente, dar-se-á início à abertura dos mesmos.

9.7. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste Instrumento, em ato público, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações iniciará os trabalhos examinando os envelopes "Documentos" e "Proposta" que também serão rubricados pelos membros da Comissão e licitantes presentes.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES N.º 01 – DOCUMENTOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. A fase de habilitação consiste na abertura dos envelopes "Documentos", conferência e exame da documentação neles contidas.

10.2. Serão inabilitados os concorrentes que não apresentarem quaisquer dos documentos exigidos para habilitação ou os que apresentarem com adulterações, falsificações, emendas, rasuras ou, ainda, com seu prazo de validade vencido.

10.3. A inabilitação será devidamente justificada pela Comissão de Licitações e impedirá o concorrente de participar da fase subsequente.

10.4. A ausência da declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte, não inabilitará a licitante, apenas indicará que a mesma optou por não valer-se dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006.

10.5. Se as circunstâncias permitirem, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações efetuará a conferência dos documentos e promoverá o julgamento na própria reunião de abertura.

10.5.1. Em seguida, a Comissão divulgará o resultado do julgamento e, se estiverem presentes todos os representantes legais dos licitantes ou havendo desistência de todos os concorrentes da intenção de interpor recurso, mediante manifestação formal, será dada continuidade à reunião, com a abertura dos envelopes 02 - "Proposta".

10.5.2. Caso contrário, a conferência e o julgamento serão realizados em sessão reservada e o resultado será divulgado na página oficial do SEMAE, na Internet e publicado no Diário Oficial do



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

Município de Piracicaba, abrindo-se prazo de cinco (05) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.

10.6. Havendo interposição de recurso, a data de abertura do envelope 02 - "Proposta" será comunicada, posteriormente, da mesma forma do subitem anterior.

10.7. Caso não se proceda na mesma sessão à abertura dos envelopes 02 - "Proposta", estes serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitações e pelos representantes dos concorrentes que desejarem, para guarda em local seguro.

10.8. Os envelopes 02 - "Proposta" das empresas inabilitadas ficarão sob a guarda da Comissão até que se expire o prazo para interposição de recursos e consequente decisão, os quais poderão ser retirados pelos interessados mediante recibo.

10.9. Uma vez expirado o prazo para interposição de recursos, se não forem retirados dentro de cinco (05) dias, os envelopes serão inutilizados.

10.10. Caso todos os licitantes sejam inabilitados, o SEMAE poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, excluídas das causas que ensejaram a inabilitação.

10.11. Todos os concorrentes serão comunicados, via email ou fax, do dia, hora e local para entrega e abertura dos novos envelopes, também poderão consultar na internet, na página oficial do SEMAE e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

11. DA ABERTURA DO ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. A análise das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

11.2. Os envelopes "Proposta" dos licitantes habilitados serão abertos no mesmo local, em dia e hora designados pela Comissão através de fax ou email e publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

11.3. As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão, bem como pelos licitantes ou seus representantes presentes.

11.4. Após a leitura dos preços e condições oferecidas, a Comissão de Licitação declarará encerrada a reunião e o exame, julgamento e classificação final das propostas serão realizados em sessão reservada.

11.5. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente na mesma.

11.6. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções nos casos de eventuais erros encontrados.

11.6.1. O valor estabelecido na proposta será ajustado de acordo com o valor corrigido pela Comissão tendo como critério o menor preço encontrado.

11.7. Como critério de julgamento será considerada vencedora a proposta ofertante do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando-se, contudo, as demais condições previstas neste edital.

11.8. Serão desclassificadas as propostas que:

11.8.1. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.8.2. Apresentarem preço total superior ao estimado pelo SEMAE na planilha orçamentária.

11.8.3. Não atenderem as exigências legais e as deste Edital no todo ou em parte.

11.8.4. Apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

11.8.5. Apresentarem qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, bem como proposta alternativa.

11.8.6. Consignarem validade de proposta inferior a 60 (sessenta) dias.

11.8.6.1. A contagem do prazo constante no subitem anterior será suspensa quando da interposição de recurso administrativo, nos termos do § 2º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93.

11.8.6.2. Decorridos os 60 (sessenta) dias, se não houver manifestação expressa em contrário, a proposta será considerada válida e os preços mantidos.

11.8.7. Havendo itens com preços unitários superiores em 30% dos constantes na planilha de orçamento do SEMAE, a Comissão de Licitação viabilizará ao licitante a faculdade de reduzi-los para novas bases condizentes com os preços de mercado.

11.8.7.1. A não redução não será motivo de desclassificação da proposta. Todavia, durante a execução do contrato, havendo acréscimo do quantitativo previsto na planilha orçamentária, os



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

preços a serem praticados nesses itens serão aqueles definidos na planilha orçamentária do SEMAE que integra o presente edital, observados eventuais reajustes previstos no edital e no contrato.

11.8.8. Para fins do disposto no subitem anterior a Comissão de Licitação deverá consignar em ata os itens que não tiveram seus preços reduzidos a novas bases condizentes com o mercado.

11.9. Se o somatório dos fatos isolados, ou seja, se as cotações dos elementos unitários de custos da planilha forem demasiadamente subavaliados de modo que prejudique a exequibilidade do valor global, será motivo de desclassificação por inexecutabilidade, conforme inc. II do art. 48 da Lei 8.666/93.

11.9.1. Antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexecutável intimará o licitante para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação, a composição de custos e/ou de outros documentos hábeis a comprovar a exequibilidade do preço proposto.

11.10. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o exercício do direito de preferência nos seguintes termos:

11.10.1. quando houver empate, entendido como aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada.

11.10.1.1. nesse caso, a beneficiária poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como melhor oferta, situação em que sua proposta será declarada a vencedora do certame.

11.10.2. A proposta deverá ser enviada através do email ou fax (19) 3426-9234, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e a original protocolada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do fato pela Comissão, sob pena de preclusão.

11.10.3. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer preferência e apresentar nova proposta.

11.10.4. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.10.5. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.10.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.11. A classificação se fará por ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis.

11.12. No caso de empate, o objeto do certame será adjudicado à licitante vencedora do sorteio realizado em ato público, para o qual serão convocados os licitantes empatados, através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba, nos termos do art. 45, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.13. O julgamento e a classificação das propostas serão disponibilizados na página oficial do SEMAE na Internet e publicados no Diário Oficial do Município de Piracicaba, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.

11.14. A classificação das propostas só produzirá efeito após a homologação e adjudicação pelo Presidente do SEMAE.

11.15. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, o SEMAE poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, excluídas das causas que ensejaram a desclassificação.

11.16. Todos os concorrentes serão comunicados, via email ou fax, do dia, hora e local para entrega e abertura dos novos envelopes, também poderão consultar na internet página oficial do SEMAE e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

12. DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

12.1. Os serviços deverão ser executados no prazo previsto no Contrato e de acordo com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos, inclusive no Contrato de Transferência n.º 0506.686-44/2017/PCJ/CAIXA.

12.2. Os serviços somente terão início após a integração dos funcionários da Contratada, promovido pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do SEMAE, autorização da Caixa Econômica Federal e consequente emissão da Ordem de Serviço pelo SEMAE.

13. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. A adjudicatária terá 10 (dez) dias para assinar o contrato, na forma da convocação efetuada pela Administração de Contratos através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2. Serão de total responsabilidade da licitante vencedora as despesas e providências inerentes à assinatura do Contrato.

13.3. O convocado deverá providenciar para a assinatura do Contrato:

13.3.1. Indicação do responsável pela assinatura do Contrato contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CNPF/MF.

13.3.2. Indicação do representante da CONTRATADA durante a execução do contrato, contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CNPF/MF.

13.3.3. Estatuto ou Contrato Social em vigor, caso tenha havido alteração da representação legal da sociedade após a entrega dos envelopes para a licitação.

13.3.4. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, *quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.*

13.3.5. Garantia contratual de acordo com o previsto no **item 17**, deste Instrumento Convocatório.

13.3.6. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

13.3.7. Declaração informando o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa.

13.3.8. Planilha orçamentária e cronograma físico financeiro com as devidas correções, no caso de ocorrência prevista no item 11.6.

13.3.9. Compromisso de constituição de consórcio apresentado na fase de habilitação, devidamente registrado na Junta Comercial.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O contrato terá início na data estabelecida na Ordem de Serviço que será emitida após liberação da Caixa Econômica Federal, com vigência por 36 (trinta e seis) meses, observadas as demais disposições constantes no ajuste.

15. DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O faturamento e o pagamento serão efetuados conforme estabelecido em contrato.

16. DO REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da legislação que implantou o Plano Real e conforme disposições contratuais.

16.2. O equilíbrio econômico-financeiro se dará conforme estabelecido no contrato.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A adjudicatária deverá oferecer, a título de garantia, conforme art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, o montante de 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

17.1.1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública;



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

17.1.2. Fiança bancária;

17.1.3. Seguro-garantia.

17.2. Se a caução for prestada em título da dívida pública, deve este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.3. A garantia, quando efetuada através de Fiança Bancária, deverá ser formalizada mediante a apresentação de Carta de Fiança emitida por banco regularmente constituído.

17.4. A garantia, quando ofertada através de Seguro Garantia, deverá ser formalizada mediante apresentação de Apólice de Seguro, onde conste o SEMAE como beneficiário.

17.5. A garantia prestada deverá perdurar em validade e integral até o cumprimento do Termo do Contrato.

17.6. Não será aceita garantia cujo teor exclua a responsabilidade por problemas trabalhistas e multas contratuais.

17.6. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

18.1. O objeto da licitação deverá ser recebido conforme estabelecido em contrato.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Não obstante o fato de a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto da licitação, a Administração, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização, conforme estabelecido em contrato.

20. DAS PENALIDADES

20.1. As sanções dispostas no contrato poderão ser aplicadas aos licitantes e à Contratada, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao SEMAE e das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no contrato.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. A rescisão contratual obedecerá ao disposto no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e poderá ser aplicada conforme estabelecido em contrato.

22. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS IMPUGNAÇÕES

22.1. Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, os quais deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08 às 16 horas – ininterrupto, dirigidos ao Senhor Presidente do SEMAE, por intermédio da Comissão de Licitação.

22.2. Para efeitos de recurso administrativo, todos os pedidos de cópias deverão ser efetuados mediante requerimento formal do representante legal da empresa, dirigidos à Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE.

22.3. As cópias requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favor do SEMAE, junto à Caixa Econômica Federal – CEF, para reembolso dos serviços reprográficos.

22.4. As eventuais impugnações aos termos do presente Edital somente poderão ocorrer nos termos do art. 41, da Lei Federal n.º 8.666/93 e deverão ser protocolizadas no Setor de Protocolo, na sede da Autarquia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas, ininterruptas, dirigidos ao Senhor Presidente do SEMAE.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. Os recursos orçamentários relativos às despesas objeto do contrato serão atendidos pelo Programa de Trabalho 323190.1751200232.418 - Combater as Perdas de Água - Fonte de



CONCORRÊNCIA

EDITAL – SOLICITAÇÃO DE COMPRAS N.º 0143/2018

CONCORRÊNCIA N.º 001/2018 - PROC. N.º 0374/2018

Recursos 05 - Transferências e Convênios Federais Vinculados - Código Orçamentário 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações e a contra partida Fonte de Recursos 04 - Recursos Próprios da Administração Indireta - Código Orçamentário 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações do exercício de 2018.

23.2. Em exercícios futuros correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para o atendimento de despesa da mesma natureza.

24. DAS DEFINIÇÕES PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

24.1. Até a fase de abertura os pedidos de informações e esclarecimentos somente serão aceitos por escrito atendendo aos seguintes requisitos:

24.1.1. conter a identificação da pretensa licitante e serem subscritas por representante legal ou procurador da empresa;

24.1.2. serem apresentadas pessoalmente, via postal para o endereço constante no preâmbulo deste, via e-mail, ou ainda, através do fax (19) 3426-9234, aos cuidados do Setor de Suprimentos.

24.2. As consultas recebidas via postal terão como data de apresentação aquela em que o expediente foi recebido pelo SEMAE.

24.3. A posição adotada pelo SEMAE, face às dúvidas suscitadas, será divulgada na página oficial do SEMAE, na internet.

24.5. As retificações, esclarecimentos ou quaisquer outras informações a respeito da licitação que venham ocorrer antes da abertura do certame, serão disponibilizados na internet, no site oficial do SEMAE www.semaepiracicaba.sp.gov.br e, quando obrigatório, publicados no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário Oficial do Município de Piracicaba, Jornal Diário Comércio Indústria, Jornal de Piracicaba.

24.6. A não remessa do protocolo de retirada do edital ou a incorreção dos dados constantes no referido documento, exime o SEMAE da comunicação direta sobre eventuais retificações, esclarecimentos ou quaisquer outras informações a respeito da licitação.

24.7. Da fase de abertura até o encerramento da licitação, as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O aviso contendo o resumo do presente edital será publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário Oficial do Município de Piracicaba, Jornal Diário Comércio Indústria, Jornal de Piracicaba, e afixado no quadro de avisos na sede do SEMAE à rua XV de Novembro, 2.200 – Bairro Alto – Piracicaba/SP.

25.2. O edital e seus anexos ficarão disponíveis para consulta ou obtenção de cópias:

25.2.1. impressa, no Setor de Protocolo e por meio digital no Setor de Suprimentos, mediante a apresentação de um dispositivo para gravação tipo “pen drive”, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas, ininterruptas; e

25.2.2. na página oficial do SEMAE na internet, no endereço www.semaepiracicaba.sp.gov.br.

Piracicaba, 08 de fevereiro de 2018.

Maria Alice Silva Santos
Chefe do Setor de Suprimentos

José Rubens Françoso
Presidente do SEMAE